


10 teses sobre o trabalho docente: reflexões do concreto moçambicano¹

Óscar Morais F. Namuholopa²



Este artigo está licenciado sob forma de uma licença
Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

 <https://doi.org/10.32459/2447-8717e322>

Recebido: 30-12-2024 | **Aprovado:** 17-10-2025 | **Publicado:** 29-12-2025

Resumo: Pretendo, neste trabalho, analisar os paradigmas que concorrem para um bom desempenho do exercício docente, refletir sobre os desafios que a atividade representa frente dos novos imperativos sócio-tecnológicos e teórico-metodológicos, tendo em vista o fim que, do professor a sociedade espera. Faço-o a partir da experiência do contexto de Moçambique. A discussão suportada pelo entrosamento bibliográfico permitiu construir 10 teses sobre o trabalho docente, cujos temas centrais gravitam em torno da criatividade, pesquisa e inovação, competência cognitiva, aprendizagem contínua, integridade e responsabilidade.

Palavras-chave: Ensinar e aprender. Professor. Trabalho docente.

Abstract: I need, in the present work to analyse the paradigm used for the good environment of teachers work, reflecting in terms of the challenges that the teachers are facing in their daily activities, due to the new socio-technological and theoretical methodologies, having the objective or taking into consideration that society waits for the teacher. I am analysing from the experiences of mozambican context. The discussion supported by the bibliographical references permitted to build 10 thesis about teaching work, whose central topics involves the creativity, research, innovation, cognitive competences, learning progress, integrity and responsibility.

Keywords: Teaching and learning. Teacher. Teaching work.

¹ Versão melhorada e ampliada da inicialmente apresentada na palestra proferida no Instituto de Formação de Professores de Alto Molócuê, com o tema *10 teses para o brio docente*, em setembro de 2022.

² Possui graduação em Ensino de História pela Universidade Pedagógica de Moçambique (2010), mestrado (2017) e doutorado (2021) em Sociologia pela Universidade Federal de Goiás.

Introdução

O exercício docente não é tão simples como se pode imaginar. Não é apenas o ato de ensinar, vai mais além. Produzir resultados esperados pela sociedade, essa é tarefa de poucos que abraçam a carreira. Resultados aqui, não se confunda com a mera reprodução do memorizado. É, fundamentalmente, contribuir para o desenvolvimento de competências que criam novas realidades, trazem novas abordagens e, por conseguinte, problematizam situações sociais concretas.

É disto que pretendo me ocupar neste trabalho, analisando, em 10 pontos, o que denomino teses sobre o trabalho docente, o papel e a responsabilidade docente na sociedade. É uma reflexão que parte da realidade do contexto moçambicano e visa, em linhas gerais, analisar os paradigmas que concorrem para o bom desempenho do exercício docente, refletir sobre os desafios que a atividade representa, frente dos novos imperativos sócio-tecnológicos e teórico-metodológicos, tendo em vista o fim que, do professor a sociedade espera. A reflexão é fruto da experiência e da observação da atividade docente, cuja análise é complementada pela literatura a qual é indicada ao longo das abordagens e consta das respectivas referências.

As discussões permitiram constatar que, os desafios paradigmáticos do trabalho docente, dizem respeito, entre outros, à criatividade científica, pesquisa e inovação, competência cognitiva, aprendizagem contínua, integridade pessoal e social, responsabilidade ética e abnegação. Feita essa discussão, leva-me a concluir que, a ação educativa não se limita apenas em ensinar e reproduzir o que já foi concebido, mas em contínua inovação teórico-metodológica e técnico-científica.

Tese 1 - Criatividade, pesquisa e inovação

O Processo de Ensino e de Aprendizagem (PEA) é dinâmico. A atividade docente requer um exercício permanente de soluções diante dos desafios que as transformações sociais exigem, e as inovações tecnológicas impõem. Esse esforço conduz à aquisição de novos saberes para a gestão com competência do PEA face aos novos desafios. O profissional da educação (aplica-se também a todas as áreas sociais) que não acompanha essa evolução é enciclopédico. Ele agarra-se às velhas técnicas que se revelam ineficazes face às dinâmicas do processo em si. Assim, podemos dizer que o PEA gravita em torno do tripé *formação, inovação e transformação*.

No nosso caso particular, as mudanças curriculares para em parte, responder às mudanças de ordem global e aglutinar as realidades culturais locais, requerem esse esforço. Esta matéria faz-me resgatar uma reflexão que fiz em outro momento (Autor, 2017), ao discutir a integração do Currículo Cultural no programa de ensino em Moçambique. Concebido pela Lei 6/92 de 6 de março que introduziu o Sistema Nacional de Educação (SNE), a interculturalidade da educação foi esboçada pelo plano curricular do SNE em 2003, que definiu as políticas do conhecido Currículo Local. O Instituto de Desenvolvimento da Educação (INDE) reconhece nesse documento que havia um desfasamento da ação educativa relativamente à cultura local (INDE, 2003).

A cultura é, pois, parte fundamental de manutenção e multiplicação do capital social. E tal como disse Bourdieu (2014), o volume do *capital social* que um determinado agente individual possui, depende da extensão da rede de relações que ele pode efetivamente mobilizar e do volume do capital *cultural* ou *simbólico* daqueles com quem está ligado.

A cultura como um património tangível e intangível, inclui o valor espiritual das comunidades. Não obstante, parece haver uma dificuldade em implementar este ensino, pelo facto desses conteúdos não estarem sistematizados, o que requer um trabalho criativo e de pesquisa das matérias a incorporar.

Porém, a pesquisa do mundo espiritual, dí-lo Castiano (2006), é a mais delicada, mas igualmente necessária, porque tem muita relevância para a vida da escola e das crianças. Fazem parte do mundo espiritual, conteúdos da educação “tradicional” para o desenvolvimento físico-corporal (jogos e competições); culto aos espíritos; instâncias de controlo sobre desvios sociais; práticas de renovação e purificação moral; valor espiritual das plantas; conhecimentos sobre hábitos, valores e símbolos espirituais de animais; conteúdos sobre ritos de iniciação, religiões locais e; tudo que se relaciona com a ciência local. Pois, se não se observar isto, “de que serviria imaginar uma educação que levasse à morte a sociedade que a pratica?” (Durkheim, 1965, p. 36).

O professor, deve estar dotado de capacidades para responder esse desafio. Deve respeitar, valorizar e preservar as minorias culturais da comunidade. Às realidades que lhe são estranhas, antes de julgá-las, o profissional deve analisar por que é que as comunidades fazem de tal forma como o procedem, o que isto significa para a comunidade. Deve analisar o que dela pode se aproveitar e como fazer. Se não se identificar com ela, apenas respeitar, pois isto resulta do consenso coletivo. O diálogo interpessoal e institucional torna-se necessário para catalogar essa matéria.

Tese 2 - Competência Cognitiva

O processo de ensino pressupõe a existência de dois atores, em que um ensina e o outro aprende. E é suposto que o primeiro esteja dotado de experiências e capaz de orientar a aprendizagem do segundo. E é assim que o professor é compreendido como uma pessoa que sabe mais e pode ser consultado sobre vários assuntos que se desconhecem na comunidade onde está inserido. E não pode só parecer, ele deve ser competente e transmitir confiança de quem o acredita. A competência cognitiva nunca é acabada, ela é buscada de forma permanente e acompanha toda a atividade docente. Este exercício contínuo “[...] possibilita aos estudantes o desenvolvimento de suas capacidades intelectuais e o desenvolvimento global de sua personalidade” (Pessoni; Libâneo, 2018, p. 171), pois a visão docente, amplia o horizonte dos estudantes.

Partindo da confiança de sua competência, o professor é uma referência social, espelho da sociedade, fonte de inspiração e reserva moral.

Tese 3 - Autoridade social e pública

Parto do princípio de que em nosso país, o maior exército de funcionários públicos é o de professores. Também sabemos que são eles que detêm o domínio de diversas áreas do saber. É a profissão de todas as profissões. São os que mais atuam fora do sector, assegurando vários postos pelos quais são chamados. Isso não é pelo simples fato de serem numerosos, mas sim pela capacidade que demonstram possuir. O professor é, inclusive, o funcionário mais recôndito do território nacional. Lugares onde nem a mais baixa estrutura legal na hierarquia do Estado se atreve a ir, onde sequer uma ruela existe, lá está o professor como o único agente do Estado. De forma implícita, este professor é o representante do Estado naquele lugar, a quem a sociedade acreditando nas suas capacidades e autoridade, irá confiá-lo sobre vários assuntos. O professor é nessas comunidades, o sábio, aquele que pode ser consultado sobre vários assuntos, solicitado para ajudar sobre determinadas matérias. Nesse sentido, o professor passa a ser professor não só dos seus alunos, mas da comunidade e depois, da sociedade em geral. É a pessoa a se pronunciar em última instância sobre diversos aspectos levantados pela sociedade. Para isso, o professor deve estar preparado em diferentes domínios sociais. Resgatam-se aqui, para a sua maior credibilidade, a sua autoridade técnico-científica, ética e moral. Por isso, deve estar dotado de saberes transversais.

Tese 4 - Compromisso e responsabilidade ética

A sociedade é regida por princípios. As mais organizadas que chegam a formar Estado, por Códigos e Leis. A sua formulação visa regular a sociedade, garantir a ordem e estabelecer regras de conduta de forma a torná-las homogêneas na sua forma de se manifestar. A atividade docente requer uma responsabilidade na observação das normas fundamentais estabelecidas e aceitas consensualmente pelas sociedades. A figura do professor é inspiradora e referência para muitos. Pela natureza do seu trabalho e do público alvo, condutas não condizentes, podem influenciar negativamente as gerações futuras. Por isso, o professor deve assumir os seus atos com responsabilidade. A sua forma de ser, estar e fazer, devem estar orientados na base de princípios legais e éticos da sociedade.

O professor deve saber assumir os seus atos, remetendo-os ao exame de consciência e à autocritica. Assumir os erros é uma virtude de alguns. Quem não assume de forma crítica os seus atos, pensa que os outros é que estão sempre errados, e ele, sempre certo. Este tipo de pensamento conduz à reincidência da prática do mal.

Ao lado da responsabilidade está o compromisso. Se quisermos ser responsáveis pelos nossos atos, assumiremos o compromisso de fazer o bem, evitando o mal. Onde houver compromisso, haverá sempre responsabilidade.

O compromisso deve ser também com as nossas atribuições, quer profissionais, quer enquanto cidadãos. Já havia observado Mahatma Ghandi, líder indiano que, "a verdadeira fonte dos direitos é o dever. Se cumprirmos todos os nossos deveres é fácil obter o respeito pelos direitos. Mas se deixarmos de lado os deveres e reivindicarmos os direitos, estes fugirão de nós" (Diocese de Quelimane-DQ, S/S, p. 130).

Face às adversidades do sector, que vão desde a falta do investimento até à remuneração irrisória, ao professor é colocada uma grande provação. É desafiado pelas práticas de sobrevivência atentatórias aos princípios profissionais e à sua dignidade. O compromisso renovado, será, nesse caso, a premissa chave, pois, a tarefa de ser professor nunca, na nossa sociedade, mereceu um prestígio notável, não obstante a sua importância.

O Professor e patrono da educação brasileira, Paulo Freire, citado por Macedo (2014, p. 6), reconhece a ambivalência da profissão de professor, nos seguintes termos:

Verdades da Profissão de Professor: Ninguém nega o valor da educação e que um bom professor é imprescindível. Mas, ainda que desejem bons professores para seus filhos, poucos pais desejam que seus filhos sejam professores. Isso nos mostra o reconhecimento que o trabalho de educar é duro, difícil e necessário,

mas que permitimos que esses profissionais continuem sendo desvalorizados. Apesar de mal remunerados, com baixo prestígio social e responsabilizados pelo fracasso da educação, grande parte resiste e continua apaixonada pelo seu trabalho. Aos professores, fica o convite para que não descuidem de sua missão de educar, nem desanimem diante dos desafios, nem deixem de educar as pessoas para serem “águias” e não apenas “galinhas”. Pois, se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela, tampouco, a sociedade muda.

Como transparece na citação acima, a importância do professor na sociedade é inquestionável, porém, a retribuição social é inversa, mas, em contrapartida, é sua a responsabilidade da educação. Ser professor é saber digerir essas controvérsias com responsabilidade ética. Talvez aqueles que ainda pretendem ingressar para a carreira, a citação de Freire seja fundamental antes de tomar essa decisão. O prazer do professor é contribuir para cultivar mentes, homens e mulheres que dialogam com o mundo, e não seus meros espectadores. A questão material é por consequência da natureza humana, e não como um fim *per se*.

Tese 5 - Interdependência e reciprocidade

O homem é um ser social por excelência. A atividade docente que envolve vários atores é caracterizada por relações de interdependência. Nenhuma atividade docente será solitária. O professor precisa de outros colegas e demais intervenientes do sector para fazer o seu trabalho, e estes, dos alunos e da comunidade, para a sua existência plena. Por seu turno, estes últimos dependem daqueles primeiros para assegurar a sua formação ou dos seus filhos. A atividade docente é colaborativa. As relações desenvolvidas nesse âmbito devem ser de sinceridade, não só nas relações profissionais, mas de confiança pessoal, pois,

Um amigo não é alguém que sempre fala a verdade, mas alguém que protege o bem-estar emocional do outro. O ‘bom amigo’ – alguém cuja benevolência é disponível mesmo em tempos difíceis – é substituto nos dias de hoje para o ‘honrável companheiro’ (Giddens, 1991, p. 132).

Nesse contexto, ainda de acordo com a fonte, "em cenários pré-modernos, a confiança é fendida em relações de confiança na comunidade, laços de parentesco e amizades" (132). A sociabilidade é um princípio fundamental para o trabalho docente, pois o seu contrário é a apatia, que isola o indivíduo dos seus semelhantes e, por conseguinte, declara a sua falência social - uma prática nociva ao exercício docente.

Imaginemos que um professor viva isolado da comunidade da instituição em que exerce o seu ofício, a quem iria recorrer para obter serviços completos para o seu pleno

trabalho? A quem vai pedir apoio em casos de necessidade de assistência técnica e pedagógica?

Neste esférico que se convencionou chamar de planeta terra, ninguém tem tudo que não precise de apoio de outrem, que sabe tudo e não lhe seja necessário buscar informação alguma nos outros; que seja tão pobre e não tenha nada a oferecer; que seja tão burro e não tenha algum saber por contribuir.

No auge do colonialismo (em África, especificamente) para justificar as suas práticas anti-humanistas, os colonialistas usaram a ciência da época para distorcer toda e qualquer forma de saber e prática local. O etnocentrismo³ encarregou-se de criar estereótipos culturais para justificar a sua superioridade, e como nações civilizadas, era sua missão levar a civilização para onde não houvesse. Mas pode-se perguntar: que saberes culturais contribuíram para a construção das mais variadas teorias antropológicas modernas? As mesmas que chamaram de bárbaras e folclóricas. Portanto, não há nada que possa ser considerado definitivamente inútil. A sociedade é, desde sempre, uma rede de relações de interdependência.

Tese 6 - Aprender a aprender

A função de professor é a que mais exige uma aprendizagem contínua. As mudanças sociais exigem do professor o aprimoramento dos seus saberes. Aliás, a cada dia, o professor precisa preparar as suas aulas, material e revisitar as técnicas. Isso lhe faz um sujeito em constante aprendizagem, se admitirmos que em cada aula aprende algo novo. Portanto, para que o professor não seja considerado enciclopédico, aquele que para no tempo e passa a vida a reproduzir a mesma coisa, precisa renovar sempre o seu saber. Essa tendência de aprender deve ser cultivada. É verdade que a busca de saberes inovadores nunca foi tarefa fácil. O trabalho acadêmico sempre exigiu um esforço. Marx já havia observado isto ao referir que "não existe uma estrada real para a ciência, e somente aqueles que não temem a fadiga de galgar suas trilhas escarpadas têm a chance de atingir seus cumes luminosos" (Marx, 2014, p. 93).

Tese 7 - Integridade pessoal e social

³ O etnocentrismo se fundamenta na concepção que distingue o "nosso" como o "centro", o "superior" e dos "outros", como "periferia" e "inferior" (Santos; Viana; et al., 2019).

O ser social para a sua convivência na interação com seus semelhantes, precisa observar princípios básicos, que não o façam de *outsider*, ou simplesmente, o fora da regra. Esse esforço de fazer o bem e evitar o mal, primando por regras estabelecidas e justiça social caracteriza, justamente, a integridade humana. A atividade docente pela sua natureza exige integridade plena. O seu agente deve estar no exercício permanente da integridade na relação com os outros, afastando-se de todos atos tentadores do bom nome da classe.

Afastar-se de todos os malefícios que atentam a ética profissional e a moralidade. A incorruptibilidade em todos os aspectos, a resistência perante práticas contrárias à justiça e legalidade, são alguns dos indicadores da integridade. Artigo 80 da Constituição da República (2004) assegura que "o cidadão tem o direito de não acatar ordens ilegais ou que ofendam os seus direitos, liberdade e garantias". Por seu turno, o nº 1, do Artigo 63 do Estatuto Geral dos Funcionários e Agentes do Estado, reza que, "o dever de obediência não inclui a obrigação de cumprir ordens e instruções ilegais". Por tanto, a integridade nestes termos consiste em examinar o alcance das nossas ações efetivas antes de tomar a decisão para executá-las, ainda que resulte da instrução de uma entidade legal e hierarquicamente superior.

Tese 8 - Capitalismo, consumo e o vício

O que corrompe a integridade, entre outros, é, certamente, a vida aparente e o vício. O mundo capitalista em que vivemos está em constante produção de falsas necessidades. Na vida prática, a satisfação de falsas necessidades produz um movimento. O consumo frequente de mercadorias gera o vício. O vício conduz ao consumo de mercadorias.

De acordo com Schneider (1977), o consumismo tornou-se uma patologia social. Portanto, na época do capitalismo estruturou-se uma componente do "mundo de belas aparências", de infinitas promessas de felicidade e valor utilitário, o que até certo ponto vai influenciar o psíquico do consumidor que a cada momento vai se viciando em matéria de consumo. Para incentivar o consumo, o valor aparente assume formas do valor fictício. Isso conduz ao vício de consumo que se associa ao vício económico, o de lucro. O capitalista não se importa tampouco com a questão social, que não seja a acumulação de capitais. O vício de acumulação transforma as relações sociais. É a mercantilização das relações sociais⁴. O próprio homem transformou-se em objeto mercadológico. O vício com o consumo e acumulação, podem comprometer a integridade do bom servidor, ao transformar o seu

⁴ Depois de transformar todos os bens e serviços em mercadoria, o capitalismo transformou as relações sociais em mercadoria. Nesse processo, tudo é pelo lucro, e nada fora do dinheiro. O capitalismo transformou toda a atividade humana em valor de troca (Viana, 2018; Autor, 2022).

público em mercadoria. O bom profissional deve buscar equilíbrio entre o consumo de mercadorias e a acumulação, pois, quando viciado, irá mais se dedicar a eles, deixando de lado o compromisso técnico-profissional, ferindo a ética e a amoral, desiludindo a sociedade e, por conseguinte, acabar afetando a sua forma de ser e estar na sociedade, ao assumir atitudes desviantes.

Tese 9 - Desenvolvimento da consciência crítica

Não existe um meio para a liberdade além do desenvolvimento da consciência dos homens. E ela somente é possível por meio da educação e para ser mais claro, a educação escolar, que constitui objeto desta análise. Esse tipo de educação é aquela que se orienta para a transformação social e da visão do mundo.

A educação escolar é nesse sentido, um instrumento libertador das amarras seculares que durante muito tempo pregaram convicções fundadas no mundo sensível. Tal como transcrito em mito das cavernas de Platão no fundamento do conhecimento, a educação é a luz da verdade, a fonte da razão e a mestra da vida livre das trevas e das ideias alienígenas. Quem possui a sua luz, sabe melhor distinguir o bem do mal, a verdade do falso, o essencial do acessório, a ideologia da ciência.

Por outro lado, esta mesma educação é usada como um instrumento de dominação e manipulação social. A classe dominante pode influenciar nos conteúdos ensinados, de forma a produzir mentes acríticas, veiculando valores com os quais gostariam de ver reproduzidos pela sua sociedade no futuro. Um dos exemplos disto é a figura do "Homem Novo"⁵ concebido e amplamente difundido pelo governo da Primeira República (1975-1990). O "Homem Novo", de acordo com a política da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) seria um homem livre do obscurantismo, da superstição e da mentalidade burguesa e colonial, um homem que assume os valores da sociedade moderna e socialista (Gómez, 1999). O "novo" se opõe ao "velho" e era velho, tudo o que era colonial, capitalista, obscurantista e tradicional.

A lei 4/83 de 23 de março que surge em resposta ao terceiro congresso da FRELIMO com objetivos de operacionalizar o Plano Prospectivo e Indicativo (PPI) para o sector da educação veiculava esses valores. O Ministério de Educação e Cultura (MEC)

⁵ O termo "Homem Novo" foi colocado inicialmente por Samora Machel, em 1974, no seu livro "Fazer da escola uma base para o povo tomar o poder" e posteriormente por Sérgio Vieira em 1977, na reunião do Ministério da Educação e Cultura (MEC). Foi criado pelo fascismo e retomado pelo stalinismo (Gómez, 1999; Meneses, 2015).

concebeu através da referida lei, o Sistema Nacional de Educação (SNE), para assegurar os anseios de formação do “Homem Novo”. De acordo com a lei,

Na sociedade moçambicana empenhada na construção do socialismo, a educação constitui direito fundamental de cada cidadão e é o instrumento central para a formação e para elevação do nível técnico-científico dos trabalhadores. Ela é um meio básico para a aquisição da consciência social requerida para a transformação revolucionária e para as **tarefas do desenvolvimento socialista** (Moçambique, 1983, p. 13; grifo meu).

Ficou claro no trecho acima, que cidadão a educação devia preparar.

Como denunciou Paulo Freire (1981), seria uma atitude ingênua esperar que as classes dominantes desenvolvessem um tipo de educação que proporcionasse às classes dominadas perceberem as injustiças sociais de forma crítica.

Marx e Engels, quer em *Ideologia alemã* (2008), quer em *Manifesto do partido comunista* (2013), também observaram que, as ideias dominantes em cada época são ideias da classe dominante. Por isso, muitos dos programas de ensino são de viés político e interesses desses governos e das instituições internacionais capitalistas que difundem programas pseudosociais.

O propósito de certos programas irrealis da educação são deliberadamente para retardar a emancipação de cidadãos, de forma a evitar criar mentes que raciocinem e questionem o governo. Como disse Paulo Freire (1981), os governantes não têm medo do pobre com fome, os governantes têm medo do pobre com consciência.

O papel da educação é de transformar mentes e quem deve despertar essa consciência é o professor através de mecanismos pedagógicos que permitem ao aluno realizar novas descobertas e compreender de forma crítica a realidade concreta da sua situação social.

Em outro desenvolvimento, Freire (2013), defende uma educação problematizadora e libertadora. De acordo com a fonte, esta é a educação humanista e revolucionária, em que a ação do educador identifica-se, desde logo, com a dos educandos. Esta educação rompe com o velho paradigma e considera um pensamento autêntico de ambos e não no sentido de doação ou entrega do saber. O contrário desta, é a concepção bancária da educação. A visão desta concepção não é de homens dotados de consciência, mas parte de princípio que o papel do educador é o de disciplinar a entrada no mundo dos seus educandos, enchendo-os de conteúdos. Os educandos, neste caso, são meros depósitos de comunicados. Este é, para a concepção, um verdadeiro saber, mas que na verdade, é completamente o seu contrário, isto é, um falso saber.

Sucedee, portanto, que o homem é por natureza um ser consciente, aliás, é esta sua principal distinção dos demais animais. "Quando, porém, por um motivo qualquer, os

homens se sentem proibidos de atuar, quando se descobrem incapazes de usar suas faculdades, sofrem" (Freire, 2013, p. 91). Essa recusa pode causar perturbação do equilíbrio humano e o sentimento de impotência.

A libertação enquanto "processo de humanização" não é algo que se deposita, ela se desperta nos sujeitos que passam a compreender os seus contextos a partir da racionalidade. Nesse sentido,

A educação que se impõe aos que verdadeiramente se comprometem com a libertação não pode fundar-se numa compreensão dos homens como seres vazios a quem o mundo "enche" de conteúdos; não pode basear-se numa consciência especializada, mecanicistamente compartimentada, mas nos homens como "corpos conscientes" e na consciência como consciência *intencionada* ao mundo. Não pode ser a do depósito de conteúdos, mas a da problematização dos homens em suas relações com o mundo (Freire, 2013, p. 94; grifos do autor).

Como está explícito no trecho, em seu exercício, o professor irá promover ações educativas humanizadas que permitam o desenvolvimento da consciência transformadora. Essa é a educação problematizadora (da situação social) e libertadora (da realidade concreta).

Para Hanna Arendt (2018), a liberdade é sempre a libertação de limitações injustificáveis ou de algo negativo. No caso em discussão, a libertação da dogmatização de verdades educativas e alienação das mentes que, por conseguinte, limitam a visão crítica do mundo.

Esta educação humanizada, problematizadora e libertadora é, de certa forma, uma educação para a cidadania. A cidadania como tratamos aqui não é o simples ato jurídico de pertença a uma nação, mas como um processo de participação ativa na vida social dessa mesma nação, ou seja, o direito a ter direitos.

Devemos, no entanto, fazer da escola um espaço para o subalterno falar. O termo subalterno como uso aqui, é referente àqueles cuja voz não pode ser ouvida. Conforme argumenta Gayatri Spivak (2010), o termo subalterno descreve "as camadas mais baixas da sociedade constituídas pelos modos específicos de exclusão dos mercados, da representação política e legal, e da possibilidade de tornarem membros plenos no estrato social dominante" (p. 12).

Só o homem esclarecido está em condições para lutar, bem como disse Rosa Luxemburgo, "por um mundo onde sejamos socialmente iguais, humanamente diferentes e totalmente livres".

Considerando que a libertação é uma condição primária para a liberdade, diríamos: educadores, LIBERTAI SEUS EDUCANDOS!

Tese 10 - Desenvolvimento de aptidões

Toda a atividade satisfaz ao seu fazedor quando esta produz resultados. Mas que resultados a ação educativa produz?

Um dos conceitos da educação mais conhecidos ou do qual derivam os demais é do sociólogo Émile Durkheim, para quem a "a educação é a ação exercida, pelas gerações adultas, sobre as gerações que não se encontrem ainda preparadas para a vida social; tem por objetivo suscitar e desenvolver, na criança, certo número de estados físicos, intelectuais, reclamados pela sociedade [...]" (Durkheim, 1965, p. 41). Esta é uma educação de reprodução, como bem explícito. Porém, sem retirar a sua importância, a educação que a sociedade precisa para o seu desenvolvimento é a educação de reflexão, que promove mudanças e produz competências. Este tipo de educação foi amplamente defendido igualmente pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu (2014).

A nossa educação deve proporcionar mentalidade criativa aos nossos alunos. Para isso precisamos, primeiro, a liberdade das instituições de ensino, segundo, competência dos seus fazedores e por fim, programas concretos da realidade sociocultural e económica particulares.

O professor criativo, inovador, competente e comprometido com a ação educativa cria métodos que proporcionam o desenvolvimento de mentes e habilidades dos seus alunos. Os alunos não são uma *tabula rasa* sobre a qual devem ser inscritos tudo o que não sabem. Eles têm algum saber que deve ser potencializado e inclusive, explorado. A educação criativa privilegia os recursos locais, preserva-os, quando necessário e transforma-os, quando imperioso. De que valerá a pena usar exemplos ou sugestões metodológicas fora do contexto concreto dos alunos?

Paulo Freire, em *Pedagogia do oprimido* (2013) já havia observado isto, ao referir que,

[...] alfabetizar-se não é aprender a repetir palavras, mas dizer a sua palavra, criadora de cultura. A cultura letrada conscientiza a cultura: a consciência historiadora automanifesta à consciência sua condição essencial de consciência histórica. Ensinar a ler as palavras ditas e ditadas é uma forma de mistificar as consciências, despersonalizando-as na repetição - é a técnica da propaganda massificadora. Aprender a dizer a sua palavra é toda a pedagogia, e também toda a antropologia (p. 25).

Portanto, a fonte enfatiza a necessidade do uso das pedagogias que criam autonomia de pensamento, que ensinem a pensar e estimulem aptidões de pensar o pensado. O desenvolvimento da consciência histórica é disso fruto e é, nesse sentido, o que o ato de ensinar, deve, antes de mais, se encarregar. A libertação do oprimido passa, necessariamente, da libertação da educação a serviço da desumanização e opressão.

O sucesso da atividade docente depende da persistência com que nos dedicamos. Isso leva-me a recorrer o trecho de Max Weber (2008), que embora o seu tempo, torna-se ainda atual, e transcrevo:

Senhoras e Senhores, no campo da ciência, somente quem se dedica exclusivamente ao trabalho ao seu alcance tem 'personalidade'. E isso é válido não só para o campo da ciência; não conhecemos nenhum grande artista que tenha feito qualquer outra coisa que não fosse servir à sua obra, e apenas ela (Weber, 2008, p. 95).

O trecho de Weber é bastante esclarecedor e nisso ninguém duvida que o brio docente seja fruto do trabalho dedicado e abnegado.

Considerações finais

Discuti, neste artigo, 10 teses sobre o trabalho docente, uma reflexão que parte da experiência e observação do exercício docente em Moçambique, em que os novos imperativos para acompanhar as mudanças da evolução social e técnico-científica são desafiantes, diante de uma realidade sociocultural diversificada.

De forma geral, o debate consistiu, entre outros aspectos, sobre questões relativas à *criatividade e inovação*, um exercício docente permanente para acompanhar as exigências dos paradigmas educacionais emergentes; *competência cognitiva*, no sentido de domínio teórico-metodológico; *responsabilidade ética*, pois o professor tem maior possibilidade de influenciar; *aprendizagem contínua*, para aprimorar o domínio científico e; *domínio da razão*, no sentido de o professor enquanto agente social e profissional, orientar todos os seus atos, na base do raciocínio lógico e preceitos éticos e morais.

Dessa discussão constatei que, a ação educativa não se limita apenas em ensinar e reproduzir o que já foi concebido, mas em contínua inovação teórico-metodológica e técnico-científica. Constatei ainda, que o brio docente depende do grau de desempenho do professor em matéria de domínio da ciência e da técnica para a descoberta de aptidões e transformação da escola em espaço de desenvolvimento da consciência crítica.

Referências

- ARENDT, Hannah. **Liberdade para ser livre**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2018.
- BOURDIEU, Pierre. **Escritos de Educação**. 15.ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

- CASTIANO, José P. O currículo local como espaço social de coexistência de discursos: estudo de caso nos distritos de Bárue, de Sussundenga e da Cidade de Chimoio – Moçambique. **Revista E-Curriculum**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 1-33, dez.-jul. 2005-2006. Disponível em: <<http://www.pucsp.br/ecurriculum>>. Acesso em: 29 out. 2016.
- DIOCESE DE QUELIMANE (DQ). **O Cristão no mundo**: Curso de formação social cristã. Quelimane: DQ, s/d.
- DURKHEIM, Émile. **Educação e Sociologia**. Tradução de Lourenço Filho. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1965.
- GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. Tradução de Raul Fiker. São Paulo: Unesp, 1991.
- FREIRE, Paulo. **Ação Cultural para a Liberdade**. 5.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 54.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.
- GÓMEZ, Miguel B. **Educação moçambicana – história de um processo: 1962-1984**. Maputo: UEM, 1999.
- INSTITUTO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (INDE). **Plano curricular do ensino básico**: objectivos, política, estrutura, plano de estudos e estratégias de implementação. Maputo: INDE/MINED, 2003.
- MACEDO, Ana Maria de Sousa. **Novas práticas pedagógicas na sala de aula do Ensino Fundamental**. Monografia (Especialização em Fundamentos de Educação: Práticas pedagógicas interdisciplinar) - Universidade Estadual da Paraíba, 2014. Disponível em: <<https://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/bitstream/123456789/8843/1/PDF%20-%20ANA%20MARIA%20DE%20SOUSA%20MACEDO.pdf>> Acesso em: 15 de maio de 2024.
- MARX, Karl. **O Capital**: Crítica da Economia Política: livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2014.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Martins fontes, 2008.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O Manifesto Comunista**. 16.ed. São Paulo: Paz & Terra, 2013.
- MENESES, Maria Paula, Xiconhoca, o inimigo: Narrativas de violência sobre a construção da nação em Moçambique. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, nº 106, p. 9-52, 2015. Disponível em: <<http://rccs.revues.org/5869>>. Acesso em: 8. jul. 2020.
- MOÇAMBIQUE. Lei 06/92, de 6 de maio. Sobre o Sistema Nacional de Educação. **Boletim da República**: Publicação Oficial da República de Moçambique nº 19, I série. Maputo, 6 de maio de 1992. Imprensa Nacional.

MOÇAMBIQUE. Lei nº 04/83, de 23 de março. Sobre o Sistema Nacional de Educação. **Boletim da República**: Publicação Oficial da República Popular de Moçambique nº 12, I série. Maputo, 23 de março de 1983. Imprensa Nacional.

MOÇAMBIQUE. Constituição (2004). **Constituição da República de Moçambique**: Promulgada em 2004. Boletim da República: Publicação oficial da República de Moçambique nº 51, I Série. Maputo, 22 de dezembro de 2004. Imprensa Nacional.

MOÇAMBIQUE. Lei nº 04/2022, de 11 de fevereiro. Sobre o Estatuto Geral dos Funcionários e Agentes do Estado - EGFAE. **Boletim da República**: Publicação Oficial da República de Moçambique nº 29, I série. Maputo, 11 de fevereiro de 2022. Imprensa Nacional.

PESSONI, Lucineide M. L.; LIBÂNEO, José C. “Finalidades da Educação escolar e critérios de qualidade de ensino: As percepções de dirigentes escolares e professores”. In: LIBÂNEO, José C. FREITAS, Raquel A.M. M (Org.). **Políticas educacionais e escola pública: uma qualidade restrita de educação escolar**. Goiânia: Editora Espaço Público, 2018.

SANTOS, Cleito Pereira dos; VIANA, Nildo. *Capitalismo e Questão Racial*. Goiânia: Edições Redelp. 2019.

SCHNEIDER, Michael. “A patologia da Sociedade de Consumo”. In: SCHNEIDER, Michael. **Neurose e classes sociais**: Uma síntese Freud-Marxista. Tradução de Áurea Weissenberg. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1997.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

VIANA, Nildo. **A mercantilização das relações sociais**: modo de produção capitalista e formas sociais burguesas. Curitiba: Appris, 2018b.

WEBER, Max. **Metodologia das ciências sociais**. 3.ed. Campinas: Cortez, 1999.

WEBER, Max. **Ensaio de Sociologia**. 5.ed. Rio de Janeiro: Edições Brasileiras, 2008.

WEBER, Max. **Metodologia das Ciências Sociais**. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2016.